CURSO “DEMOCRACIA AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE DEFENSORES(AS) AMBIENTAIS”

A Transparência Internacional - Brasil (TI-Brasil) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) convidam jornalistas, ativistas, defensores/as ambientais, membros/as de organizações da sociedade civil e servidores públicos a se inscreverem no curso “Democracia Ambiental e proteção de defensores(as) ambientais”

Defensores Ambientais	
Organizadores	Transparência Internacional – Brasil (TIBR) e Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI)
Data	27 de novembro a 1 de dezembro de 2023
Carga horária	15 horas
Ementa	Módulo 1 – Introdução: Evolução da democracia ambiental no Brasil a partir dos direitos de acesso à informação, à participação, à justiça. Sobre qual democracia ambiental estamos falando? O Acordo de Escazú como um novo impulso para a democracia ambiental no Brasil Módulo 2 - Acesso à informação: Transparência como mecanismo de proteção ambiental e garantia de direitos. Legislação relacionada ao direito de acesso à informação. Formas de acessar informações ambientais. Uso de dados abertos por jornalistas e pela sociedade civil. Módulo 3 - Acesso à participação: Democracia participativa e controle social; Espaços de participação institucional (conselhos, audiências, consultas etc) e seu papel na discussão e tomada de decisões ambientais e climáticas. Direito à consulta prévia, livre e informada e o histórico de exclusão dos povos tradicionais desse processo. Racismo ambiental como mecanismo de exclusão de processos participativos e a ocupação desses espaços por povos tradicionais, pela população negra e mulheres. Módulo 4 - Proteção de defensores(as) ambientais: Importância dos(as) defensores(as) na proteção ambiental. Violação de seus direitos. Proteção ao denunciante ambiental no Brasil: mecanismos de denúncia e proteção. Impacto das redes sociais e cobertura da imprensa sobre defensores ambientais. Módulo 5 - Acesso à justiça: Instituições e instrumentos de acesso à justiça em temas ambientais. Obstáculos ao acesso à justiça por grupo vulnerabilizados.

Realização

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL Brasil

ABRAJI

Apoio

AFD AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT

Objetivos	O objetivo do curso é promover um espaço de sensibilização e capacitação sobre os avanços e desafios da garantia dos direitos de acesso à informação, à participação e à justiça em temas ambientais e para a proteção de defensores/as ambientais.
Público-alvo	Jornalistas, ativistas, defensores/as ambientais, membros/as de organizações da sociedade civil e servidores públicos que tenham atuação nos temas do curso
Formato	O curso contará com 9 (nove) aulas e 4 (quatro) dinâmicas, sendo ministrado inteiramente na modalidade online e síncrona.
Certificação	Não serão aplicadas avaliações. Contudo, a emissão do certificado de conclusão do curso está condicionada à participação do inscrito em pelo menos 75% das aulas. O certificado será emitido pela organização e enviado em até duas semanas após o término das aulas para o e-mail fornecido no momento da inscrição.
Material Didático	O curso inclui uma apostila com textos escritos pelos/as professo-res/as que lecionarão cada aula, trazendo maior detalhamento e sistematização do conteúdo. A apostila será disponibilizada em plataforma educacional cujo acesso será liberado apenas para os alunos classificados no curso.

Programação				
Aula	**Tema**	**Data**	**Horário**	**Professor**
Módulo 1 – Introdução				
-	Apresentação e Abertura	27/nov	9:00-9:30	TI-BR e Abraji
1	Aula de Abertura: O quanto avançamos nos direitos de acesso à informação, à participação e à justiça em temas ambientais desde a redemocratização?	27/nov	9:30-11:00	Herman Benjamin (STJ)
-	Interação e apresentação dos alunos (divisão por salas). Atividade: Sobre qual democracia ambiental estamos falando?	27/nov	11:00-12:00	Mediação pela Equipe TI-BR

Aula	Tema	Data	Horário	Professor
Módulo 2 – Acesso à Informação				
2	Transparência ambiental na Amazônia	28/nov	9:00 - 10:10	Bruno Vello (Imaflora)
3	Acesso à informação e uso de dados para a investigação jornalística	28/nov	10:15 - 11:25	Thays Lavor (Infoamazônia)
-	Interação dos alunos (divisão por salas)	28/nov	11:25 - 12:00	Mediação pela Equipe TI-BR
Módulo 3 – Acesso à Participação				
4	Espaços institucionais de participação ambiental: suas potencialidades e limitações	29/nov	9:00 - 10:10	Ciro Brito (ISA)
5	Do racismo ambiental à inclusão nos processos participativos	29/nov	10:15 - 11:25	Igor Travassos (Greenpeace)
-	Interação dos alunos (divisão por salas)	29/nov	11:25 - 12:00	Mediação pela Equipe TI-BR
Módulo 4 – Proteção de defensores/as ambientais				
6	Violências e mecanismos de denúncia e proteção aos denunciantes defensores ambientais	30/nov	9:00 - 10:10	Renata Giannini (Igarapé)
7	Impacto da desinformação e cobertura da imprensa sobre defensores/as ambientais	30/nov	10:15 - 11:25	Lori Regattieri (NetLab/UFRJ e CLUA) e Tatiana Lima (Jornal Fala Roça)
-	Interação dos alunos (divisão por salas)	30/nov	11:25 - 12:00	Mediação pela Equipe TI-BR

Aula	Tema	Data	Horário	Professor
Módulo 5 – Acesso à Justiça				
8	O papel das instituições na garantia do acesso à justiça ambiental	01/Dez	9:00 - 10:30	Ione Nakamura (MP/PA) e Andréia Macedo Barreto (DPE/PA)
9	Mesa de encerramento: O acesso à justiça na perspectiva de grupos vulnerabilizados	01/Dez	10:30 - 12:00	Maurício Terena (APIB) Cláudia Pinho (Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil) Dandara Sousa (Artigo 19)
-	Encerramento	01/Dez	12:00 - 12:30	Mediação pela Equipe TI-BR

Processo seletivo	
Vagas	100 vagas (60% mulheres)
Inscrições	As inscrições devem ser realizadas por meio do formulário online, disponível no site da TI-Brasil, até o dia 30 de outubro de 2023.
Critério de seleção	É essencial que o candidato disponha de, ao menos, três horas por dia para se dedicar às aulas do curso; O processo seletivo buscará observar a diversidade racial e de gênero, com a participação de, pelo menos, 60% de mulheres e de, pelo menos, 50% de residentes ou atuantes na Amazônia; Serão priorizadas as candidaturas de jornalistas, ativistas, membros de organizações da sociedade civil e servidores públicos que tenham atuação, experiência profissional e/ou acadêmica no tema do curso; Serão priorizadas as candidaturas daqueles ou daquelas que, comparativamente, possuem maior potencial para a aplicação e replicação, prática e teórica, dos conhecimentos trabalhados ao longo do curso.

Resultado do processo seletivo	Todas as inscrições recebidas dentro do prazo serão examinadas por uma comissão composta por representantes da Transparência Internacional – Brasil e a ABRAJI. O resultado do processo seletivo será tornado público pelo site da TI-BR e da ABRAJI e os selecionados receberão um e-mail com informações detalhadas sobre o curso, com um pedido de confirmação da participação. Caso o/a selecionado/a não confirme a sua participação, será desclassificado. Dessa forma, a organização do curso poderá proceder à chamada de novos/a alunos/as para as vagas remanescentes, devendo os inscritos ficarem atentos/as à caixa de e-mail e à caixa de spam na fase de divulgação dos resultados. Eventuais dúvidas deverão ser encaminhadas ao e-mail **conhecimento@br.transparency.org,** com o assunto “Curso Democracia ambiental e proteção de defensores(as) ambientais”.

Perfil dos/as professores/as	
Bruno Vello (Imaflora)	Analista de Políticas Públicas do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola). Mestre em ciência política pela Universidade de São Paulo (2018) e bacharel em administração pública pela Universidade Estadual Paulista (2013). Trabalho com a construção e implementação de estratégias de advocacy em políticas públicas de clima, florestas e agricultura. Possuo experiência em temas de instituições participativas, transparência pública e dados abertos, além de políticas climáticas e de desenvolvimento urbano em nível municipal.
Thays Lavor (Infoamazônia)	Jornalista, mestra em comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e especialista em ciência de dados pela Esalq/USP. Atua com jornalismo investigativo e de dados, com trabalhos em diversos veículos nacionais e internacionais, incluindo agências de fact-checking. Ministra cursos e oficinas voltados a investigação de desinformação e jornalismo de dados. Pesquisa transparência, uso e apropriação de dados no jornalismo. Atualmente integra a diretoria da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a rede de embaixadores para Inovação Cívica da Open Knowledge Brasil (OKBR).
Ciro Brito (ISA)	Advogado. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Ineaf (Ufpa), com período de estudos no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Graduado em Direito pela Ufpa, com período de estudos na Peking University, China. Atualmente, é analista sênior de Políticas do Clima no Instituto Socioambiental (ISA), fellow no China Legal Fellow Project do Center for Transnational Environmental Accountability e coordenador do GT Amazônia na Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action. É Conselheiro subseccional e presidente da Comissão de Promoção à Igualdade Étnico-racial da OAB Santarém e membro da Comissão de Direito Urbanístico e Planejamento Urbano e da Comissão Especial OAB na COP 30 da OAB Pará. Tem 7 anos de experiência trabalhando junto a sociedade civil da Amazônia brasileira. Foi coordenador da Rede Jurídica da Amazônia no Instituto Clima e Sociedade, consultor de questões agrárias e fundiárias do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, assessor legislativo na Câmara de Municipal de Santarém, coordenador da organização Maparajuba de Direitos Humanos, professor de Direito da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e da Universidade da Amazônia (Unama), e consultor de projetos de comunidades quilombolas, de quebradeiras de coco babaçu e outros grupos étnico-coletivos nos estados do Pará e Maranhão.

Igor Travassos (Greenpeace)	Comunicador, realizador audiovisual, ativista em Direitos Humanos. Recentemente, juntou-se ao Greenpeace Brasil como Senior Campaigner da frente de Justiça Climática, onde se tem como meta a efetividade de políticas públicas de prevenção, adaptação e resposta aos eventos extremos, que tem afetado as populações mais vulnerabilizadas, gerando ainda mais desigualdades socioambientais. Dirigiu o curta-metragem "(trans)parência" (2014), documentário que estreou no MixBrasil e circulou em diversos festivais nacionais e internacionais, como OMOVIES (Itália) e o Gender Reel (EUA), e "Rosário" (2019), um curta ficcional que estreou no Panorama Internacional Coisa de Cinema e participou também de vários festivais dentro e fora do país. Ativista do movimento negro, integrando o Coletivo da Negritude no Audiovisual em Pernambuco, a Articulação Negra de Pernambuco e a Coalizão Negra por Direitos, onde pauta o combate e superação ao racismo, especialmente o combate à letalidade policial, ao genocídio da população negra, o direito à cidade e combate ao racismo ambiental.
Renata Giannini (Igarapé)	Pesquisadora sênior e gerente de programas com mais de 15 anos de experiência trabalhando com métodos qualitativos e quantitativos para informar políticas públicas. Experiente em gerenciamento de projetos, relações governamentais, defesa estratégica, orientação, edição de textos, captação de recursos e redação de subsídios. Recentemente interessada nas interligações entre gênero, alterações climáticas e conflitos. É Research Fellow no The Wilson Center, consultora da UN Women e pesquisadora senior do Instituto Igarapé.
Lori Regattieri (NetLab/UFRJ e CLUA)	Tem mais de 15 anos dedicados a campanhas digitais, advocacy e ações coletivas de apoio à sociedade civil e movimentos sociais no Brasil, América Latina e União Européia na agenda de clima, uso da terra e defesa de direitos territoriais, educação, tecnologias e práticas informacionais para a autonomia. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ. Sua pesquisa tem se concentrado no campo da tecnologia, informação e sistemas, comunicação política, ativismo e táticas de propaganda, economia política das infraestruturas digitais. Tem interesse no desenvolvimento de protocolos de auditoria das infraestruturas digitais expondo e propondo soluções para as assimetrias de poder com base em perspectivas decoloniais, buscando reduzir vieses e invisibilidades em inteligência artificial. Já colaborou com o Netlab (UFRJ), Medialab (UFRJ), Cibercult (UFRJ), Labic (UFES) e foi co-editora da revista feminista DR. É fundadora da plataforma ECO-MÍDIA, transformação digital e tecnologias justas.
Tatiana Lima (Jornal Fala Roça)	Tatiana Lima é jornalista, repórter, redatora e estrategista de comunicação. Atua como Gerente de Comunicação do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), articulando a comunicação de uma rede com 48 organizações da sociedade civil e do movimento social. Também atua como editora-chefe do jornal Fala Roça, que produz jornalismo local há 10 anos na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, além de repórter e articuladora de redes de comunicação de favelas no RioOnWatch, portal de notícias bilíngue sobre favelas no Rio de Janeiro, ligado à ONG Comunidades Catalisadoras, sendo a gerenciadora do projeto de jornalismo comunitário antirracista "Enraizando narrativas antirracistas nas favelas: “desconstruindo o racismo nas favelas do Rio de Janeiro". É pesquisadora doutoranda de Comunicadora da Universidade Federal Fluminense (UFF), na área de estudos de mídia e mestre em Mídia e Cotidiano também pela UFF. Pesquisadora periférica e professora de jornalismo e comunicação popular do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), ela desenvolve estudos de análise de narrativas e contranarrativas midiáticas e produção de sentido sobre o cotidiano de cidade, violência, militarização dos espaços sociais e existências periféricas com olhar em múltiplos sistema de opressão, articulando raça, gênero e classe.

Ione Nakamura (MP/PA)	Mestra em Direitos Humanos (PPGD/UFPA), especialista em Direito Ambiental e Políticas Públicas (PPGD/UFPA), pós-graduada em Direito Agrário e Fundiário e Políticas Públicas (UFPA e EGPA) e graduada em Direito (UFPA). Integrante do Ministério Público do Pará, exercendo as funções de Promotora de Justiça da PJ Agrária e Fundiária da 2ª Região. Coordenadora do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias - NAF/MPPA. Assessoria técnica em Grupos de Trabalho e Comissões institucionais. Experiência acadêmica e atuação na defesa dos direitos humanos e na implementação de práticas autocompositivas voltadas à resolução pacíficas de conflitos coletivos.
Andréia Macedo Barreto (DPE/PA)	Defensora Pública do Estado do Pará (2011-Atual). Concluiu o curso de Graduação em Direito (2004), Mestrado em Direito, área de Concentração "Direitos Humanos" (2007) e Doutorado em Direito, área de concentração "Direitos Humanos" (2011), todos no Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (Brasil). Concluiu o Pós-doutorado (2018) no Programa Democracia e Direitos Humanos, organizado pelo Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra, em Portugal. Integra o Conselho Editoral da Editora Juruá e é parecerista do Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação (CONSINTER). Atuou como pesquisadora em projetos de pesquisa no Museu Paraense Emilio Goeldi (2007-2009). Foi consultora jurídica do Instituto de Terras do Pará - ITERPA (2009). Trabalhou como docente na Faculdade Integrada Brasil Amazônia (2009-2010) e na Universidade Federal do Pará (2010-2014), em curso de graduação e pós-graduação. Recebeu menção honrosa do Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Altamira (2013) e o prêmio Benedito Monteiro nos anos de 2014, 2019 e 2020, conferido pela Defensoria Pública do Estado do Pará, categoria Peças Jurídicas. Foi agraciada com a Medalha de Direitos Humanos "Paulo Frota", conferida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2017). Recebeu Menção Honrosa da Associação dos Defensores Púbicos do Estado do Pará (2017). Possui experiência nas áreas: Direitos Humanos, Agrário, Ambiental e Civil, com publicações de artigos e colaboração em livros nestas áreas
Maurício Terena (APIB)	Indígena do Povo Terena do Mato Grosso do Sul, Coordenador Jurídico na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Possui experiência com organizações do terceiro setor, litigância estratégica Nacional e Internacional nas seguintes temáticas: Direitos Humanos, Direito dos Povos Indígenas, Meio Ambiente, Sustentabilidade e Contencioso.
Cláudia Pinho (Rede de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil)	Ex-presidenta do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, atualmente está no Departamento de Povos e Comunidades Tradicionais junto a Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente. Bióloga pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Dandara Sousa (Artigo 19)	Ex- Relatora Nacional em Direitos Humanos da Plataforma DhESCA Brasil na agenda "Racismo, seguranca publica e violência". Assessora e Consultora em Desenvolvimento de Projetos Sociais, com ênfase em Mobilização de Recursos, junto à Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos Humanos. Pesquisadora do Transfeminismo, Relações de Gênero, Poder, Direitos Humanos e Teoria Crítica do Direito. Especialista em Diálogos e Mediação de Conflitos, com expertise em análise exploratória aplicada às Ciências Sociais. Graduada em Direito (ITPAC/FAHESA 2012). Pós graduanda em Direito do Trabalho e Dirietos Humanos (UFPA) e Especialista em Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos Socioambientais. Vencedora do Prêmio Mulheres Inspiradoras 2021 do Instituto Avon e UNIVERSA UOL pela criação do NEPAZ - Núcleo Estratégico de Direitos Humanos e Promoção da Paz, em Altamira, sudoeste do Estado do Pará, pelo qual também recebeu o Prêmio República da ANPR - Associação Nacional dos Procuradores da República. Membra da RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas; INNPD - Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas; Agenda Nacional pelo Desencarceramento e Coalizão Negra por Direitos. Coordena o Núcleo de Captação de Recursos e Sustentabilidade do Movimento Negro e LGBTQIAPN + de Altamira, por via do qual já firmou parcerias com entidades como ONU Mulheres, Fundo Brasil de Direitos Humanos, Fundo Social Elas+, Fundo Baobá para equidade Racial, ABONG, CESE, dentre outras. Recebeu em 2022 da Câmara de Vereadores de Belém a Comenda Paula Duarte, em reconhecimento aos serviços dedicados à defesa dos direitos humanos da população LGBTQIAPN +, com especial atenção as Mulheres Negras, travestis e transexuais da Amazônia e do Brasil.